



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/CPL/2015 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2014

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, através de sua Pregoeira Oficial Sirlene Vieira de Oliveira, designada pelo Decreto 2.819/PMMA/2014 torna público aos interessados, que estarão reunidos no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **Pregão SRP N.º 003/CPL/2015**, em sua forma **eletrônica**, tipo **menor preço**, realizado por meio da internet, no site: www.bll.org.br.

O certame será regido em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 10.520/02, do Decreto Federal 5.450/05, da Lei Complementar 123/06, da Lei Estadual 2.414/11, da Lei Federal 8.666/93, Legislação Municipal e suas alterações, Decreto Municipal n.º 2554/PMMA/2013 que dispõe sobre a regulamentação da Modalidade de Licitações Eletrônicas no Município de Ministro Andreazza/ RO, e demais exigências deste Edital, visando formalização de contrato administrativo para fornecimento, tendo como interessada a Secretaria Municipal de Saúde.

1. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos (Panfletos, Blocos, Fichas, Carimbos e etc.)

2.

1.1 - As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.2 – A execução dos serviços serão realizados no Município de Ministro Andreazza/RO, consistem nas especificações técnicas constantes do Anexo 1 (Termo de Referência) e Anexo 7 (Minuta de Contrato), dentro do perímetro urbano da cidade de Ministro Andreazza.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DO LOCAL E HORÁRIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Início de recebimento de Propostas:	13 de Janeiro de 2015 às 08h00min.
Fim de recebimento de Propostas	23 de Janeiro de 2015 às 10h44min.
Abertura de Propostas Iniciais:	23 de Janeiro de 2015 às 10h45min.
Início do Pregão:	23 de Janeiro de 2015 às 11h00min.

2.1 - Local: www.bll.org.br

2.2 - Para todas as referências de tempo serão observado o **horário de Brasília (DF)**.

2.3 - Na hipótese de não haver expediente nas datas supracitadas, as mesmas se realizarão respectivamente no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

2.4 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

3 – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1 - O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Saúde**.

3.2 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto n.º 3.931, de 2001, e na Lei n.º 8.666, de 1993.

3.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.4 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3.5 - Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

3.6 - Todo órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto n.º 3.931, de 2001.

4 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE SISTEMA ELETRONICO

4.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema BLL Compras (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil está consubstanciada nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º da Lei 10.520/02.

4.2 O sistema de pregão eletrônico, BLL Compras, da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é realizado por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira da Prefeitura do Município de Ministro Andreazza - RO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BLL Compras" constante na página da internet da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br).



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

4.4 O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar 123/06, atendendo o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

a) Pertencam ao ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital e seus anexos;

b) Não se encontrem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação.

c) Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade, ou punidas com suspensão por esta Administração, enquanto perdurar a suspensão.

d) Não poderão participar empresas estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

5.2 - Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente Prefeitura de Ministro Andreazza, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/93.

6 - CREDENCIAMENTOS NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DOS REGULAMENTOS OPERACIONAIS DO CERTAME

6.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras.

6.2 - A licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

6.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

6.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.7 - O certame será conduzido pela PREGOEIRA OFICIAL, com auxílio da equipe de apoio, que terá em especial as seguintes atribuições:

6.7.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio,

6.7.2 - Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame,

6.7.3 - Abrir proposta de preços,

6.7.4 - Analisar a aceitabilidade das propostas,

6.7.5 - Desclassificar propostas indicando seus motivos,

6.7.6 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço,

6.7.7 - Verificar a Habilitação do licitante classificado em primeiro lugar,

6.7.8 - Declarar o vencedor,

6.7.9 - Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos,

6.7.10 - Elaborar a ata de sessão com auxílio eletrônico

6.7.11 - O processo ao Senhor Prefeito para homologar e autorizar a contratação.

7 – DA OPERAÇÃO DO SISTEMA

4 7.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.2 – Caberão ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão de seu representante.

7.3 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo telefone: (41) 3042-9909 ou através de uma empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

8 – DO CADASTRO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA ELETRÔNICO E ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PROPOSTAS

8.1 - O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** do produto ofertado, conforme a **Ficha Técnica Descritiva do Produto**. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações neste campo implicará na desclassificação do licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. No caso de duas licitantes, cadastrarem propostas com mesmo valor prevalecerá e será acatada como correta a que for cadastrada primeira.



8.3 - O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I.

8.4 - A proposta escrita deverá conter:

8.4.1 - Especificação completa e marca do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO I, deste Edital.

8.4.2 - Valores oferecidos após a etapa de lances.

8.4.3 - Prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

8.4.4 - Prazo de entrega do produto e/ou serviço oferecido com informações que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO 01, deste Edital.

8.5 - Serão rejeitadas as propostas que:

8.5.1 - Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita (m) a perfeita identificação do produto e/ou serviço licitado;

8.5.2 - Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexeqüíveis, por decisão do pregoeiro (a);

8.5.3 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

5

9 – DAS IMPUGNAÇÕES/ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eampregaoministro@gmail.br ou na ferramenta do Pregão Eletrônico constante no sítio www.bll.org.br.

9.2 - É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo a Administração, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, exclusivamente por meio eletrônico.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste Pregão até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.4 - A impugnação deverá ser interposta por meio eletrônico, por e-mail, ou pela ferramenta do Pregão Eletrônico constante no sítio www.bll.org.br, ou ainda através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicada à Pregoeira Oficial desta Administração Municipal.

9.5. Se acolhida petição contra este Edital, será designada nova data para a realização deste Pregão.

10 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando a PREGOEIRA a avaliar a aceitabilidade das propostas.



6

10.2 - Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema Não Identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.5 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra (RANDÔMICO). O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01(um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma as empresas apresentarem novos lances.

10.6 - O sistema informará a proposta em tempo real ao final da disputa, logo após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela PREGOEIRA acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.7 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a PREGOEIRA OFICIAL examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a PREGOEIRA OFICIAL poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

10.8 - Caso não sejam apresentados lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10.9 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao licitante da proposta ou lance de menor preço.

11 – DAS FORMAS DE ENVIO E PRAZO DAS DOCUMENTAÇÕES

11.1 – DAS DOCUMENTAÇÕES APÓS A SESSÃO

11.1.1 – Será solicitado ao licitante vencedor os documentos relativos à habilitação, de acordo com o Anexo II deste Edital, sendo os remetidos VIA FAX para (069) 3448-2361, ou e-mail: eamregaoministro@gmail.com, no prazo máximo de **02 (duas) horas** após a sessão.

11.1.2 - A falta de encaminhamento dos documentos dentro dos prazos estabelecidos no item 11.1.1 implicará DESCLASSIFICAÇÃO no certame.

11.1.3 – Caso alguma dificuldade de transmissão via fac-símile, estes documentos poderão ser escaneados, salvos em arquivo formato Documento (extensão PDF, DOC) e remetidos, dentro do mesmo prazo, para o endereço eletrônico eamregaoministro@gmail.com.



11.1.4 - Outras dificuldades no envio destes deverão ser imediatamente comunicadas a PREGOEIRA OFICIAL pelo Telefone/fax 69 3448-2361 Ramal 816.

11.2 – DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL (VIA CORREIOS)

11.2.1 - O licitante vencedor DEVERÁ enviar ao Setor de Licitação, a Proposta de Preços Escritos somente dos ITENS vencidos, conforme ANEXO IV, em 01(uma) via assinadas em todas as folhas pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária.

11.2.2 - Deverão acompanhar a proposta os documentos de Habilitação em originais ou cópias autenticadas com o selo do cartório, conforme ANEXO II.

11.2.3 - O prazo máximo para o envio do solicitado no acima citado é de até **03(três) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, para o endereço:

11.2.4 - O endereço a ser enviado é citado abaixo:

Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza
A/C PREGOEIRA OFICIAL \Sirlene Vieira de Oliveira
Comissão de Licitação/ Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Avenida Pau Brasil Nº 5577 - Centro
CEP 76.919-000 Ministro Andreazza – RO

11.2.5 – A falta de encaminhamento dos documentos dentro dos prazos estabelecidos no item 11.2.3 implicará na DESCLASSIFICAÇÃO no certame.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Declarada a proposta vencedora, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar motivadamente a sua intenção no prazo de até 15 (quinze) minutos, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de razões de recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará:

- a) a decadência do direito de recurso;
- b) a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira a licitante vencedora; e
- c) o encaminhamento do processo a autoridade competente, para a homologação.

12.3 - Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado, prestando as informações que entender conveniente à autoridade competente;

12.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias.

12.5 - A não apresentação de razões ou de contra-razões de recurso não impedirá o seu regular processamento e julgamento.



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

12.6 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 - DA HABILITAÇÃO

13.1 - Os documentos exigidos para a habilitação neste processo licitatório constam no ANEXO II.

13.2 - As declarações deverão conter **carimbo** do CNPJ, assinadas e serem impressas em papel timbrado da licitante.

13.3 - **Não serão aceitos**, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

13.4 - **Não serão aceitos** documentos emitidos após a data da sessão pública.

13.5 - Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, serem autenticadas por servidor da unidade que realiza a licitação, caso em que devem estar presentes os originais.

13.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a declaração de comprovação, em conformidade com o art. 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006.

13.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 11.2.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.9 - Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

13.10 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada.

13.11 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões ou qualquer outro documento que possua prazo de validade, e deva ser apresentado para habilitação/proposta/documentos para assinatura do contrato, a Administração aceitará como válidos os expedidos até 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação das propostas, com exceção do Atestado de Capacidade Técnica.

13.12 - É facultado à Pregoeira ou a Equipe de apoio efetuar diligência, sob a forma de consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

13.13 - Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de 01(um) a

8



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP nº. 003/CPL/2015
Processo Administrativo nº 136/SEMSAU/2014

05 (cinco) anos, se o documento é público, e reclusão, de 01 (um) a 03 (três) anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7 da Lei Federal nº 10.520/2002.

14 – DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto à licitante vencedora.

14.3 - A homologação da presente licitação compete ao Prefeito ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

15 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1 - Para julgamento será adotado o critério MENOR PREÇO POR LOTE, observado as especificações técnicas, parâmetro mínimo de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

16 - DA EXECUÇÃO E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO:

16.1 - Os itens registrados neste edital deverão ser EXECUTADOS de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria de Administração.

16.2 - Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria solicitante.

16.3 - A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

16.4 - As exigências da execução, as quantidades, os prazos, bem como as demais condições constam no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. DO PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado nos termos do Anexo I deste edital.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – As despesas com a futura contratação dos serviços ocorrerá por conta do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Projeto/Atividade: 02.007.10.305.0026.2049 – PROGRAMA DO PISO FIXO DE VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE, 02.007.10.122.0020.2035 – ATEDIMENTO AOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO FMS, 02.007.10.305.0026.2162 – VIGILANCIA E PROMOÇÃO DE SAUDE PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE, 02.007.10.301.0021.2041 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PAB, 02.007.10.301.0023.2045 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, 02.007.10.302.0021.2043 – MÉDIA E ALTA COMPLESIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC;

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: Próprio/Repasse Federal



19 – DA GARANTIA DO OBJETO

19.1 - O prazo de garantia será regido pelo Código de Defesa do Consumidor Lei n.º 8.078/90.

20 - LOTES E QUANTITATIVOS

20.1 - A licitação será realizada em lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, assim deverá, porém, o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote, pois por se tratar de objetos especializados e que fazem parte entre si, terá melhor resultado na execução e obtenção de proposta vantajosa.

21 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

21.1 – As propostas deverão possuir apenas duas casas decimais, sendo desprezadas as demais, ou seja, o arredondamento será sempre para baixo. Os preços finais deverão ser apresentados em moeda nacional, com apenas duas casas decimais, obedecendo ao mesmo critério de arredondamento;

21.1.1 – O mesmo critério deverá ser observado no momento da emissão das faturas/notas fiscais.

21.2 – Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;

21.2.1 – Para balizamento do valor considerado aceitável, em estrita consonância com o art. 4º, XI da Lei Federal n.º 10.520/02, o PREGOEIRA utilizará cotações de preços de mercado local, resultados das licitações de outros Órgãos da Administração Pública e outros meios não revestidos de formalidade, como pesquisa realizada pela Internet e através de contato telefônico, devidamente motivado nos autos do processo licitatório.

21.2.2 – O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da intimação, e seu julgamento observará as disposições presentes no art. 44, §3º c/c art. 48, II, ambos da Lei 8.666/93;

21.3 – As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade estabelecido pela Lei n.º 10.192, de 14.2.2001.

22 – DO VALOR ESTIMADO

22.1 - O valor estimado para contratação é R\$ 79.392,66 (Setenta e nove mil e trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).

22.2 - Nos preços já estão computados os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto.

23 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DA CONTRATAÇÃO

23.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

23.2 - Adjudicado o objeto e homologado o resultado da licitação pela autoridade



competente, será convocado o licitante vencedor para efetuar o Registro de Preços, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, mediante assinatura da Ata de Registro de Preços, que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

23.3 - Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar objeto com preço igual ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

23.4 - Durante o prazo de vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e desde que não exceda a 100 % (cem por cento) do quantitativo do item registrado.

23.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.6 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá, também, exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo do item registrado, tanto para Órgão Gerenciador quanto para o(s) Órgão(s) participante(s).

23.7 - O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

23.8 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência ata.

23.9 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 57, 58 e 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como o art. 17 do Decreto nº 7.892, de 2013.

23.10 - A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados.

23.11 - Para cada execução, será formalizado um Contrato (ou outro instrumento hábil) entre o Fornecedor Registrado e o titular do Órgão Gerenciador.

23.12 - Se o Fornecedor Registrado, no ato da assinatura do Termo de Contrato, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade a proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, em prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

23.13 - O término da vigência deste Contrato não exonera o CONTRATADO de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia, bem como da prestação da garantia a que se refere o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, quando for o caso, estando sujeito, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo depois de expirada a vigência do contrato, às penalidades previstas neste Contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

23.14 - É vedada a subcontratação total do objeto do contrato:

23.14.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo e Referência ou na minuta de contrato.



23.15 - A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

23.16 - Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

23.17 – Os contratos provenientes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados, desde que comprovados a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas no art. 12 do Decreto nº 7.892/2003, e nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

24.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

24.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

24.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

24.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

24.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

24.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

24.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

25 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

25.1 – O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:



25.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

25.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

25.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

25.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

25.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

25.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

25.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

26 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

26.1. A Contratada obriga-se a:

26.1.1. Efetuar a execução dos serviços nas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

26.1.1.1. Os serviços devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

26.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

26.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

26.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

26.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

26.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

26.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

26.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



26.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

27 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

27.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

27.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

27.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

27.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

28 - DAS PENALIDADES

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

14

28.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

28.1.2. Apresentar documentação falsa;

28.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

28.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

28.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

28.1.6. Cometer fraude fiscal;

28.1.7. Fizer declaração falsa;

28.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

28.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

28.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

28.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;



- 28.3.2. Apresentar documentação falsa;
- 28.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 28.3.4. Cometer fraude fiscal;
- 28.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

28.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até **5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **15 (quinze)** dias;

b.2. Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o município de Ministro Andreazza/RO, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

28.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

28.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

28.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

28.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o



procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

28.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

28.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

28.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

29 – DO CONTRATO

16

29.1 - A formalização do ajuste dar-se-á por meio de contrato, cuja minuta, se encontra em Anexo VIII do presente Edital.

29.2 - Se a licitante vencedora não assinar, injustificadamente, o termo de contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência da convocação para celebrá-lo, é facultado à União, a seu critério:

- a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o termo de contrato em igual prazo; ou
- b) revogar a licitação.

29.3 - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

a) Se o licitante vencedor não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

b) Quando da contratação com autor de proposta subseqüente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

29.4 – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 12 do Decreto 7.892/2013, e art. 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

30 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

30. 1 - Os preços não sofrerão reajuste, a não ser no caso do previsto no art. 65, II, d da Lei 8.666/93.



31 - DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

31.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

31.3 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.4 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

31.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

31.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

31.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

31.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br e www.ministroandreazza.ro.gov.br.

31.10 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei n.º 10.520, de 2002, no Decreto n.º 5.450, de 2005 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666, de 1993.

31.11 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, elege-se o foro de Cacoal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31.12 - A pregoeira e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 7h00 as 13h00 de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da SUPEL, localizada na Prefeitura de Ministro Andreazza – RO, para maiores esclarecimentos.

32 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

Endereço: Av. Pau Brasil, n.º 5577, Centro – Ministro Andreazza - RO

Pregoeiro (a): Sirlene Vieira de Oliveira

E-mail: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br

Fone/Fax: 69 3448-2361/9981-5917.

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: www.ministroandreazza.ro.gov.br “Pregões” e ainda em



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

“Portal Transparência” na mesma página municipal; no site www.bll.org.br, bem como no mural da Prefeitura de Ministro Andreazza, e no site do Diário Oficial dos Municípios/AROM www.diariomunicipal.com.br/arom/ e jornal Regional (A Gazeta de Rondônia).

30.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO 1 Termo de Referência;
- ANEXO 2 Documentos para habilitação;
- ANEXO 3 Modelo de Declaração Conjunta. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. Nº 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei nº 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei nº 8.666/93); e declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;
- ANEXO 4 Modelo de Proposta (realinhamento);
- ANEXO 5 Ficha Técnica Descritiva do Objeto (para cadastro no sistema eletrônico);
- ANEXO 6 Minuta da Ata;
- ANEXO 7 Minuta de Contrato;
- ANEXO 8 Termo de adesão ao Sistema;

Ministro Andreazza/RO, 12 de Janeiro de 2015.

Sirlene Vieira de Oliveira
Pregoeira
Decreto 2.819/PMMA/2014



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Em observância ao disposto no Artigo 7º, parágrafo 2º, inciso I, c/c o Artigo 6º, IX, ambos da Lei 8.666/93, e para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO (SEMSAU), elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a Contratação de serviço para produção de materiais gráficos para atender as necessidades desta secretaria.

2. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de Materiais Gráficos relacionados abaixo, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Saúde de Ministro Andreazza/RO, a saber:

19

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Confecção de panfletos papel couchê 90g: Medindo 16 X 22 de impressão colorida frente, com tiragem média de 1.500 por campanha	Unid.	21.500	0,48	10.320,00
02	Confecção de blocos de boletim de reconhecimento geográfico com 100 folhas, Tam. 20x30 papel Sulfite 75g impressão frente 1 cor .	Unid.	15	25,90	388,50
03	Confecção de bloco de resumo semanal do serviço antivetorial com 100 folhas. Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão frente 1 cor	Unid.	20	30,50	610,00
04	Termo de notificação da campanha de prevenção e combate a Dengue Tam. 15x20 papel c 50 jogos com três vias carbonadas medindo 20 x 15cm 1 cor	Unid.	20	38,36	767,20
05	Carteira de Controle da hipertensão Arterial e de Diabetes Tipo II, em papel Cartolina branca 180g impressão frente e verso,(colorida ou 1 cor) medindo 21 x 18cm	Unid.	2.500	0,30	750,00
06	Ficha geral de atendimento blocos	Unid.	100	15,81	1.581,00



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

	com 100 folhas, Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor (frente e verso ou só frente).				
07	Mapas de consulta blocos com 100 folhas. Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor (frente e verso ou só frente)	Blocos	100	15,81	1.581,00
08	Requisição de exames citopatológico, blocos com 100 folhas. Tam. 20x30 impressão (frente e verso ou só frente) 1 cor	Unid.	03	54,00	162,00
09	Receituário de controle Especial 50 jogos com 2 vias impressão 1 cor .	Unid.	500	13,33	6.665,00
10	Receituário Comum. Tam. 20 x 15cm papel sulfite 56g impressão frente 1 cor	Blocos	1.200	5,43	6.516,00
11	Receituário Azul B Tam. 8x24 papel Super Bond Azul 56g numerado com 100 folhas impressão frente 1 cor (A numeração será fornecida pela secretaria de vigilância sanitária)	Blocos	200	4,61	922,00
12	Ficha de acompanhamento do bolsa família. Tam. 20x30 papel sulfite 75g com 100 folhas impressão 1 cor.	Blocos	20	30,60	612,00
13	Cartilha de pré-natal papel cartolina 240g branca impressão colorida frente e verso, medindo aberto 30 X 21cm, fechado 21 x 10 cm.	Unid.	300	18,90	5.670,00
14	Blocos de atestado odontológico Tam. 15x20 papel sulfite 75g impressão 1 cor com 100 folhas.	Blocos	20	21,36	427,20
15	Blocos de receituários odontológico Tam. 15x20 impressão frente 1 cor com 100 folhas.	Blocos	20	21,36	427,20
16	Ficha de atendimento odontológico Tam. 16x22 papel Cartolina 180g (impressão 1 cor frente e verso ou só frente)	Unid.	2.000	0,29	580,00
17	Blocos de fichas de internação com prescrição médica e controle de aplicação Tam. 20x30 papel sulfite 75g com 100 folhas. (Impressão 1 cor frente e verso ou só frente)	Blocos	100	17,30	1.730,00

20



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

18	Ficha de Laudo e autorização de internação hospitalar Tam.20x30 papel carbonado 50 jogos com 02 vias impressão frente 1 cor preta	Blocos	200	30,78	6.156,00
19	Blocos de Registro Diário de Evolução Tam.20x30 papel sulfite 75g impressão cor preto com 100 folhas	Blocos	100	16,13	1.613,00
20	Blocos de atendimento individual Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	200	13,16	2.632,00
21	Blocos de cadastro individual Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas Programa ESUS	Blocos	50	18,86	943,00
22	Blocos de ficha de visita domiciliar Tam. 20x30 papel 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	200	13,23	2.646,00
23	Blocos de cadastro domiciliar Tam. 20x30 papel 75g impressão 1 cor frente com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	50	18,80	940,00
24	Blocos requisição de combustível Tam. 12,5x19 papel carbonado 50 jogos em 2 vias impressão 1 cor.	Blocos	50	18,66	933,00
25	Apostilas encadernadas de 85 paginas sobre o curso introdutório da atenção básica. Tamanho A4 Apostila Curso Introdutório de atenção Básica encadernada tipo canoa grampeada ou quadrada com 85 paginas coloridas frente e verso papel sulfite 75g capa colorida papel couche 250g tam. 20x30 aberta.	Unid.	50	215,00	10.750,00
26	Bloco de apreensão da vigilância sanitária Tam. 17x26 papel carbonado 50 jogos com três vias impressão 1 cor .	Blocos	05	29,03	290,30
27	Carimbo automático medindo 5,9 cm x 2,3 cm	Unid.	05	45,00	225,00
28	Carimbo de acrílico base e cabo e acompanha borracha amortecedora até 20cm ²	Unid.	05	22,00	110,00
29	Blocos de atendimento	Blocos	100	18,30	1.830,00

21



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

	odontológico Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS				
30	Blocos de procedimentos Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	300	15,10	4.530,00
31	Blocos de atividades coletivas Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	100	15,46	1.546,00
32	Blocos de atendimento nutricional de anamnese papel sulfite 75g Tam.20x30 impressão 1 cor 50 jogos com duas paginas frente e verso	Blocos	10	47,33	473,00
33	Blocos de termo de visita da vigilância sanitária Tam. 15x18 papel carbonado 50 jogos com duas vias impressão 1 cor .	Blocos	05	38,66	193,30
34	Blocos de requisição de receita da vigilância sanitária Tam. 11x15,5 papel carbonado 50 jogos com duas vias impressão 1 cor .	Blocos	1	93,66	93,66
35	Bloco de registro diário de internação Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor com 100 folhas.	Blocos	100	16,13	1.613,00
36	Confecção de blocos de registro diário do serviço antiveterial com 100 folhas, Tam. 20x30 papel Sulfite 75g impressão frente e verso 1 cor .	Unid.	20	31,00	620,00
37	Blocos de atividades coletivas Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	100	15,46	1.546,00

22

3. VALOR ESTIMADO

Estima-se o valor da presente aquisição e de serviços de impressão gráfica para produção de material gráfico de consumo em 79.392,66 (setenta e nove mil trezentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos).



4. JUSTIFICATIVA

A presente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica para produção de materiais gráficos tem como justificativa a necessidade de divulgação das campanhas de vacinação pactuadas com o Ministério da Saúde que serão realizadas através da Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO e receituários e fichas de internação para a Unidade Mista de Saúde e Centro Diferenciado de Saúde João Paulo .

5. DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Foi utilizada na composição dos preços dos serviços, a média aritmética entre pesquisa de preço em empresas do ramo das cidades vizinhas por meio de Pré Cotações conforme segue em anexo.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Apresentar Portfólio(modelos de preferencia com colofão/crédito), comprovando a execução dos serviços compatíveis, em características correspondentes aos descritores constantes nesta licitação, para análise no que se refere á qualidade de impressão, fidelidade de cores e qualidade de acabamento.

6.2 A licitante deverá efetuar a troca dos materiais defeituosos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias uteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, podendo este prazo ser reduzido de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO.

6.3 A licitante deverá recolher, por sua conta a inteira responsabilidade, todos os impostos, taxas e contribuições que incidam sobre os serviços decorrentes, inclusive os de natureza social, trabalhista e previdenciária.

6.4 O material deverá ser entregue em dias uteis, no horário de 07:00h às 13:00h nos locais abaixo definidos:

Secretaria Municipal de Saúde
Avenida Pau Brasil, 5577
CEP: 76.919.000

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Devolver os documentos de cobrança que não estiverem em conformidade com a legislação vigente, ou contiverem erros de lançamento, calculo ou de totalizações.

7.2 Realizar atestação do documento de cobrança, somente, após a aprovação do material entregue.

7.3 Devolver todo o material recebido fora dos padrões de qualidade exigidos pelo Secretario Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO.

7.4 Denunciar o contrato caso os prazos de entregue dos materiais não sejam cumpridos.



8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com a quantidade de materiais empenhados e recebidos pela Secretaria Municipal de Ministro Andreazza/RO, mediante a apresentação da nota fiscal.

8.2. O pagamento só será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminando o produto, comprovando sua adimplência com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito) – (CND), com o FGTS (Certidão de Regularidade de Situação – CRS), com a Fazenda Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certidão Negativa Estadual, bem como a quitação com demais impostos e taxas que por ventura incidam sobre o mesmo. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do processo, n.º da Nota de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos materiais e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias mediante ordem bancária em moeda corrente deste país, após a emissão de nota fiscal (devidamente atestada pelo setor de almoxarifado).

8.4. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

24

9. DA VIGENCIA

O presente registro de preço terá vigência de 12 meses a contar da data de publicação da Ata .

10. RESPONSSAVEL PELO ACOMPANHAMENTO E PELO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

Durante a Vigência deste contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Secretário Municipal de Saúde de Ministro Andreazza/RO, designado gestor.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação para aquisição correrão a conta dos recursos consignados no Projeto/Atividade 02.007.10.305.0026.2.049 – Programa do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (PFVPS) 02.007.10.302.0021.2.043 – Atendimento Ambulatorial, Emergencial e Hospitalar (MAC), 02.007.10.122.0020.2.035 – Atendimento aos serviços Administrativo do Fundo Municipal de Saúde (FMS) 02.007.10.301.0021.2.041 Manutenção das Atividades do Programa de Atenção Básica (PAB) 02.007.10.301.0023.2.045 Manutenção do Programa de saúde Bucal 02.007.10.305.0026.2.162 Vigilância e Promoção de Saúde para



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

**prevenção e Controle da Dengue, no elemento de despesa 3.3.90.39.00.00 –
Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica, consignados no orçamento de 2015.**

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas quanto à execução da Contratação poderão ser tiradas através do telefone 0(xx) 69 3448-2361, na SEMSAU no horário de 7:00 às 13:00 horas.

Ministro Andreazza - RO, 17 de Dezembro de 2014.

25

João Edis de oliveira
Secretária Municipal de Saúde
Decreto n.º 2.541/PMMA/2013



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

ANEXO II
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/CPL/2015

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

Processo n.º 136/2014/SEMSAU

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Os documentos para habilitação deverão ser apresentados **ENUMERADOS** conforme descritos a seguir:

01	Ato constitutivo (publicação) CONTRATO OU ESTATUTO SOCIAL em vigor, comprovante da regular constituição da empresa, devidamente registrado na junta comercial (cópia);
02	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
03	Cédula de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), (Cópia);
04	Procuração por instrumento público ou particular, que comprove poderes para participação de atos pertinente ao certame, (Cópia);
05	Certidão Negativa de débitos com a Seguridade Social – INSS.
06	Certidão de Regularidade de Situação com FGTS – CRF.
07	Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS da Sede ou Domicílio da Licitante ou da Contratante.
08	Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS da sede da empresa licitante.
09	Certidão Conjunta de Tributos e Contribuições FEDERAIS e da DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
10	Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, Lei 12.440/11.
11	Certidão Negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA E RECUPERAÇÃO, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, excluindo-se o dia da emissão.
12	Modelo de Declaração Conjunta. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. Nº 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei nº 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei nº 8.666/93), e declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;
13	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, (Cópia); A Licitante que apresentar índice econômico igual ou inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo não inferior a 10%

26



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

	(dez por cento) do valor total de sua proposta escrita, por meio de Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
14	Atestado de Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente ou compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, com clara identificação de seu subscritor.



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/CPL/2015

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

Processo n.º 136/2014/SEMSAU

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. Nº 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei nº 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei nº 8.666/93)), e declaração de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06.
- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e **Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação** exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 10.520/02.
- Declaramos para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos de que a proposta foi elaborada de modo independente, que deverá ser apresentada no sistema eletrônico pelas licitantes, no momento de envio das propostas;

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93.

(Local e Data)

(Responsável legal e nº CPF e RG)

Reconhecido firma



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
 Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
 Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA (PARA REALINHAMENTO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/CPL/2015

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

Processo n.º 136/2014/SEMSAU

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Nome de Fantasia _____
 Razão Social: _____
 CNPJ: _____ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Município: _____
 Estado: _____ CEP: _____
 Fone/Fax: _____ E-MAIL: _____
 Conta Corrente n.º. _____ Agência n.º. _____ Banco _____
 Nome completo do responsável legal da empresa: _____
 CPF: _____ RG: _____ CEL/TELEFONE: _____

LOTE 01

29

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01					
VALOR TOTAL DO LOTE 01 R\$					

DECLARAMOS que estão inclusas no valor contrato todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais do serviço a ser prestado, conforme **Edital de Pregão Eletrônico Nº 003/CPL/2015**.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados da sua abertura.

Condições de pagamentos: _____ (dias).

Local e data: _____

 Nome Completo do Representante Legal e
 Qualificação na Empresa
 Reconhecido firma



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

ANEXO V
FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA/RO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/CPL/2015

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde

Processo n.º 136/2014/SEMSAU

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

3. **LOTE 01** – Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos (Panfletos, Blocos, Fichas, Carimbos e etc.)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
01	Confecção de panfletos papel couchê 90g: Medindo 16 X 22 de impressão colorida frente, com tiragem média de 1.500 por campanha	Unid.	21.500		
02	Confecção de blocos de boletim de reconhecimento geográfico com 100 folhas, Tam. 20x30 papel Sulfite 75g impressão frente 1 cor .	Unid.	15		
03	Confecção de bloco de resumo semanal do serviço antivetorial com 100 folhas. Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão frente 1 cor	Unid.	20		
04	Termo de notificação da campanha de prevenção e combate a Dengue Tam. 15x20 papel c 50 jogos com três vias carbonadas medindo 20 x 15cm 1 cor	Unid.	20		
05	Carteira de Controle da hipertensão Arterial e de Diabetes Tipo II, em papel Cartolina branca 180g impressão frente e verso,(colorida ou 1 cor) medindo 21 x 18cm	Unid.	2.500		
06	Ficha geral de atendimento blocos com 100 folhas, Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor (frente e versos ou só frente).	Unid.	100		
07	Mapas de consulta blocos com 100 folhas. Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor (frente e verso ou só frente)	Blocos	100		
08	Requisição de exames citopatológico, blocos com 100 folhas. Tam. 20x30 impressão (frente e verso ou só frente) 1 cor	Unid.	03		
09	Receituário de controle Especial 50 jogos com 2 vias impressão 1 cor .	Unid.	500		
10	Receituário Comum. Tam. 20 x 15cm papel sulfite 56g impressão frente 1 cor	Blocos	1.200		



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

11	Receituário Azul B Tam. 8x24 papel Super Bond Azul 56g numerado com 100 folhas impressão frente 1 cor (A numeração será fornecida pela secretaria de vigilância sanitária)	Blocos	200		
12	Ficha de acompanhamento do bolsa família. Tam. 20x30 papel sulfite 75g com 100 folhas impressão 1 cor.	Blocos	20		
13	Cartilha de pré-natal papel cartolina 240g branca impressão colorida frente e verso, medindo aberto 30 X 21cm, fechado 21 x 10 cm.	Unid.	300		
14	Blocos de atestado odontológico Tam. 15x20 papel sulfite 75g impressão 1 cor com 100 folhas.	Blocos	20		
15	Blocos de receituários odontológico Tam. 15x20 impressão frente 1 cor com 100 folhas.	Blocos	20		
16	Ficha de atendimento odontológico Tam. 16x22 papel Cartolina 180g (impressão 1 cor frente e verso ou só frente)	Unid.	2.000		
17	Blocos de fichas de internação com prescrição médica e controle de aplicação Tam. 20x30 papel sulfite 75g com 100 folhas. (Impressão 1 cor frente e verso ou só frente)	Blocos	100		
18	Ficha de Laudo e autorização de internação hospitalar Tam.20x30 papel carbonado 50 jogos com 02 vias impressão frente 1 cor preta	Blocos	200		
19	Blocos de Registro Diário de Evolução Tam.20x30 papel sulfite 75g impressão cor preto com 100 folhas	Blocos	100		
20	Blocos de atendimento individual Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	200		
21	Blocos de cadastro individual Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas Programa ESUS	Blocos	50		
22	Blocos de ficha de visita domiciliar Tam. 20x30 papel 75g impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	200		
23	Blocos de cadastro domiciliar Tam. 20x30 papel 75g impressão 1 cor frente com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	50		
24	Blocos requisição de combustível Tam. 12,5x19 papel carbonado 50 jogos em 2 vias impressão 1 cor.	Blocos	50		
25	Apostilas encadernadas de 85 paginas sobre o curso introdutório da atenção básica. Tamanho	Unid.	50		

31



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

	A4 Apostila Curso Introdutório de atenção Básica encadernada tipo canoa grampeada ou quadrada com 85 paginas coloridas frente e verso papel sulfite 75g capa colorida papel couche 250g tam. 20x30 aberta.				
26	Bloco de apreensão da vigilância sanitária Tam. 17x26 papel carbonado 50 jogos com três vias impressão 1 cor .	Blocos	05		
27	Carimbo automático medindo 5,9 cm x 2,3 cm	Unid.	05		
28	Carimbo de acrílico base e cabo e acompanha borracha amortecedora até 20cm ²	Unid.	05		
29	Blocos de atendimento odontológico Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	100		
30	Blocos de procedimentos Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	300		
31	Blocos de atividades coletivas Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	100		
32	Blocos de atendimento nutricional de anamnese papel sulfite 75g Tam.20x30 impressão 1 cor 50 jogos com duas paginas frente e verso	Blocos	10		
33	Blocos de termo de visita da vigilância sanitária Tam. 15x18 papel carbonado 50 jogos com duas vias impressão 1 cor .	Blocos	05		
34	Blocos de requisição de receita da vigilância sanitária Tam. 11x15,5 papel carbonado 50 jogos com duas vias impressão 1 cor .	Blocos	1		
35	Bloco de registro diário de internação Tam. 20x30 papel sulfite 75g impressão 1 cor com 100 folhas.	Blocos	100		
36	Confecção de blocos de registro diário do serviço antivetorial com 100 folhas, Tam. 20x30 papel Sulfite 75g impressão frente e verso 1 cor .	Unid.	20		
37	Blocos de atividades coletivas Tam. 20x30 impressão 1 cor frente e verso com 100 folhas. Programa ESUS	Blocos	100		
			Valor Total		

32



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.2 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3 O Prazo de execução será conforme determinado no Termo de Referência e Edital.

2.4 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc).

2.5 Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei n.º 10.520/02.

2.6 Declaramos para os devidos fins que estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123/06.

Sim () ou Não ().

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.



**ANEXO VI
 MINUTA DA ATA**

PREGÃO ELETRONICO SRP N.º. 003/CPL/2015
 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 136/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ de 2015, as _____, horas, de um lado o Município de Ministro Andreazza, com sede na Avenida Pau Brasil, n. 5577, Centro em Ministro Andreazza-RO, inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n. 63.762.074/0001-35, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NEURI CARLOS PERSCH, brasileiro, casado, portador do Documento de identidade RG n.º 315.616- SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob n.º. 325.451.772-53, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE neste ato denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do Pregão na Modalidade Eletrônica n.º. ___/2015/SEMSAU, são registrados os preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos (Panfletos, Blocos, Fichas, Carimbos e etc.), conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos, celebrado entre a prefeitura e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: XXXXXXXX, com sede no endereço XXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu representante, Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF: XX, RG: XXX, endereço: XX, telefone XXX, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico SRP 003 /CPL/2015.

- 1) o objeto desta ata deverá ser entregue no prazo local e condições determinadas no termo de referência e nas disposições contidas no instrumento convocatório;
- 2) o presente Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da sua publicação.
- 3) o item registrado na ata é o seguintes:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

CLAUSULA I - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

O fornecedor(s) deverá:

- Entregar o objeto licitado no local indicado e na quantidade solicitada, conforme a necessidade desta Órgão requisitante.
- O fornecedor(s) terá que ter disponível o objeto sempre que for necessária a sua retirada.



- Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

CLAUSULA III - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados pela imprensa oficial do Município.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS:

Foi utilizada na composição dos preços, a média aritmética obtida com base no seguinte parâmetro:

- Pesquisa de preço realizada junto a empresas do ramo, durante o mês de Dezembro do ano de 2014.

CLAUSULA V - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

35

CLAUSULA VI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO: O prestador dos serviços terá seu registro cancelado quando:

- 1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público.
 - 1.4.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses prevista, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
 - 1.4.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLAUSULA VII - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: a Publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLAUSULA VIII - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS:

- 6.1 A Presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgãos usuários, deste que autorizada pelo Órgão Gerenciador.
- 6.2 O preço ofertado pela(s) Licitante(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I, de acordo com a especificação no Pregão na Modalidade Eletrônica n. ____/2015.
- 6.3 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

clausulas e condições constantes do edital do Pregão na Modalidade Eletrônica n. ____/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

6.4 A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago, será o constante da proposta apresentada no Pregão na Modalidade Eletrônica n.º. ____/2015, pelas Licitantes detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLAUSULA IX – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Deverá obedecer aos termos do termo de referencia.

CLAUSULA X – DO PAGAMENTO:

10.1 - O pagamento será efetuado após a entrega das passagens, em até 30 (trinta) após retirada das mesmas na empresa(s) vencedora(s) do certame, por meio de ordem bancária na conta corrente da empresa, no banco a ser informado pela empresa. A empresa deverá apresentar juntamente à nota fiscal as certidões negativas de débitos trabalhistas, de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União, de débitos relativos às contribuições previdenciárias (INSS) e certificado de regularidade do FGTS.

CLAUSULA XI – DAS OBRIGADAÇÕES DA CONTRATANTE:

36

11.1 - Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, pela prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, pelo pagamento oportuno das parcelas devidas e pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro da Carta Contrato.

11.2 - Promover, através de seu representante, acompanhamento e fiscalização dos serviços.

11.3 - Efetuar o pagamento a Contratada mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pela secretario da pasta requisitante.

CLAUSULAS XII – DAS PENALIDADES:

12.1 – Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as penalidades, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais.

12.2 – Pela inexecução das condições estipuladas na carta-contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e na carta-contrato e as demais cominações legais.

12.3 – As penalidades previstas nesta clausula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e suas alterações.

CLAUSULAS XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

As dúvidas quanto à aquisição destes serviços poderão ser sanadas através do telefone 0(xx) 69 3448 2260, no horário de 7:00 às 13:00 horas.



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

CLAUSULA XIV - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Seção Judiciária da Comarca de Cacoal do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro. E, por assim estarem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente instrumento junto às testemunhas que também o subscrevem, a tudo presentes.

Ministro Andreazza, __/__/__ de 2015.

Órgão Gerenciador
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EMPRESA DETENTORA

37



ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE
MINISTRO ANDREAZZA E

O MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., Pessoa Jurídica de Direito Público, portadora do CGC/MF n.º 63.762.074/0001-85, com sede na Av. Pau Brasil 5577, Bairro Centro, na Cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, daqui em diante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, neste Ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NEURI CARLOS PERSCH, brasileiro, casado, portador do Documento de identidade RG n.º 315.616- SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob n.º. 325.451.772-53, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE e do outro lado Neste Ato denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, nos preceitos de Direito Público e supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, conforme consta da Cláusula Primeira deste contrato, de conformidade com a o Processo n.º.xxxxxx/2.014, as exigências e a proposta do Pregão ELETRÔNICO n., pela forma de execução indireta por preço global, conforme segue:

38

4. 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em Serviços Gráficos (Panfletos, Blocos, Fichas, Carimbos e etc.)

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E DO CONTRATO

2.1 - O valor do presente Contrato é de: R\$ _____.

2.2 - Os valores definidos nesta cláusula incluem todos os custos, tributos e despesas diretas e indiretas decorrentes do presente Contrato, de modo a constituir a única contraprestação pela realização dos procedimentos.

2.3 - Os preços não sofrerão reajuste, a não ser no caso do previsto no art. 65, II, d da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O presente Contrato vigorará pelo período de XX (XXX) dias, contados a partir de sua assinatura.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.A despesa referente ao valor do presente Contrato será previamente empenhada e processada por conta da verba própria do orçamento vigente: XX.XXX.XXXX.X.XXX ELEMENTO DE DESPESA N.º X.X.XX.XX.XX.



5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em especial os detalhamentos e especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

5.2 - Não será permitida a subcontratação ou terceirização.

5.3 - Local de execução: conforme Anexo I do edital.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - A Contratante obriga-se a:

6.1.1 - Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento do objeto;

6.1.2 - Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições estipuladas no presente contrato.

7 - CLÁUSULA SETIMA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

7.1 - No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato serão observadas, no que couberem, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do aceite da Nota Fiscal/fatura pelo(s) servidor(es) responsável(is) ou Comissão designada pela autoridade competente da Prefeitura pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, identificados com nome, função/cargo, Secretaria Municipal correspondente e data da assinatura, com autorização do superior hierárquico imediato, desde que devidamente regularizados.

8.2 - Os pagamentos serão efetuados somente em depósito em conta, cabendo a CONTRATADA apresentar documento para esta finalidade devidamente preenchido e que acompanhe a nota fiscal ou incluir as informações bancárias na nota fiscal, ficando a cargo da CONTRATADA a despesa bancária correspondente.

8.3 - Os pagamentos somente serão realizados se a CONTRATADA estiver regular perante o INSS, FGTS, Tributos Federais e Municipais, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Justiça do Trabalho (CNDT) e recolhimentos de encargos sociais.

8.4 - Na eventualidade de aplicação de multa prevista na cláusula PENALIDADES, está deverá ser recolhida anteriormente ao pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação de penalidade ou, a critério da Administração, descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

8.5 - No caso de irregularidade na emissão de documentos por parte da CONTRATADA, tais como nota fiscal, medição, guias de recolhimento, certidões, conta bancária, entre outros, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação e aceite, desde



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

que devidamente regularizados.

8.6 - Caso haja atraso por parte da CONTRATADA acerca do cumprimento do objeto contratual, o prazo de pagamento começará a fluir somente após concluído o procedimento de penalização que tramitará em autos próprios e, em caso de aplicação de multa, o prazo de pagamento iniciará após o recolhimento da multa.

8.7 - A Contratada deverá apresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) ao objeto, contendo as seguintes informações:

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º _____
PREGÃO ELETRÔNICO N.º _____
NOTA DE EMPENHO N.º _____
CONTRATO N.º _____

9 - CLÁUSULA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DO FORNECIMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

9.1.É vedada a subcontratação total ou parcial ou terceirização do objeto do presente contrato, não sendo permitida, igualmente, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação.

40

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, ao não cumprimento, por parte da Contratada, das obrigações assumidas, ou à infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, as seguintes

penalidades:

10.1.1 - Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, por dia de atraso na execução do objeto, até o 5º (quinto) dia contados do vencimento do prazo de entrega após a assinatura da mesma, período após o qual se configura a inexecução parcial da obrigação.

11.1.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na execução do objeto ou das quantidades constantes do Contrato superior a 5 (cinco) e não superior a 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de entrega após a assinatura da mesma;

b) execução meramente parcial do objeto ou das quantidades constantes do Contrato, até o 30º (trigésimo) dia contados do vencimento do prazo de entrega após a assinatura da mesma;

11.1.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de execução após a assinatura da mesma;

11.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e



contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar o Contrato no prazo estabelecido no edital.

10.2 - É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas posteriores alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 - Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações – Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei Federal n.º 4.320/64 e suas alterações - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) Lei Federal n.º 8.078/90 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor;
- d) Lei Federal n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
- e) Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
- f) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- g) Lei Orgânica do Município;
- h) Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- i) Lei Federal n.º 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- j) Lei Federal n.º 6.496/77. Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.
- k) Lei Federal n.º 11.445/07 – Estabelece Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico;
- l) Lei Municipal n.º 4.054/09 – Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico; e
- m) Lei Federal n.º 10.520/2002 – Lei da Licitação Pregão.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

12.1 - Para o fornecimento, objeto deste Contrato, foi realizada licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 003/CPL/2015, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo n.º 136/2014, da Secretaria Municipal de Saúde.

12.2 - Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação e anexos e a proposta da Contratada. O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da Contratada de fls. _____ do Processo Administrativo em epígrafe.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as



obrigações assumidas.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESCISÃO

14.1 - Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do artigo 79 do mesmo diploma legal.

14.2 - Na hipótese de rescisão, determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15. 1 - Fica eleito o foro de Comarca de Cacoal, para nele dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

42

Ministro Andreazza (RO) xxxxxxxx de xxxxxxxxx de 2015

NEURI CARLOS PERSCH
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIO MUNICIPAL DA SEMSAU

EMPRESA
Nome do Representante legal
Cargo/Função



ANEXO VIII
TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL (licitante)
AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO EM PREGÕES.

Autorização para Representação em Licitações		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
CNPJ/CPF:		
Inscrição estadual:		
Telefone comercial:		
E-mail:		
Representante legal:		
CPF:	RG:	Telefone:

43

Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

São responsabilidades do Licitante:

- I. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor; e
- III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento.

O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação poderá implicar o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto nos normativos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil e/ou nos editais de licitação dos quais venha a participar. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas.

Sem prejuízo do disposto acima, o Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguinte do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço;
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo PREGOEIRO;



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos do PREGOEIRO;
- VI. apresentar e retirar documentos;
- VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. assinar documentos relativos às propostas;
- IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:

Endereço:

CNPJ:

O presente Termo de Adesão é válido até __/__/____, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

44

Local e data: _____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil

(Licitante)

Indicação de Operadores (licitante direto)	
Licitante:	
CNPJ:	
Operadores	
1	Nome: CPF: Telefone: Fax: Função: Celular: E-mail:
2	Nome: CPF: Telefone: Fax: Função: Celular: E-mail:



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º 003/CPL/2015
Processo Administrativo n.º 136/SEMSAU/2014

O Licitante reconhece que:

- I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- IV. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.
- V. o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data: _____/_____/_____/_____

(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)